

# À sombra da moratória

A missão do Fundo Monetário Internacional, FMI, retornou a Washington desanimada com o que viu e com os números que coletou nos gabinetes de Brasília. Ainda que exista total boa vontade, fica difícil vislumbrar-se algo que envolva uma anuência do Fundo a novos empréstimos ao País. E por várias razões: o governo não sabe ainda a quanto montarão os seus gastos, dependentes de um Congresso cada vez menos responsável; não há qualquer programa econômico que permita previsões, nem sequer de curtíssimo prazo, e, acima de tudo, sente-se um crescente clima de abulia, em que as autoridades governamentais não mais respondem com coerência às questões levantadas. Não se pode trabalhar sem uma previsão de déficit, de inflação, de receita cambial.

Diante desse quadro, o ministro da Fazenda deixou claro que o governo brasileiro continuará insistindo para que as negociações cheguem a bom termo. Em caso contrário, não vê outra alternativa senão a de suspender os pagamentos dos juros e do principal, estimados este ano em 14,6 bi-

lhões de dólares, o que significa uma moratória de fato. Os atrasos serão inevitáveis porque a decisão do Brasil já está tomada: as reservas cambiais serão mantidas em nível estimado em torno de seis bilhões de dólares, constituindo uma espécie de margem de segurança. Não se pretende chegar à mesa de negociação — o que provavelmente ocorrerá nas proximidades de setembro — com os cofres vazios, conforme ocorreu em 1982.

O quadro é delicado, porquanto atitudes dessa ordem, mesmo inevitáveis, apenas podem agravar as atuais tensões. Há uma precipitação na remessa de lucros e repatriações para o exterior, estimadas por fontes bem informadas em torno de três bilhões de dólares até este mês. Cifra que poderá crescer. Simultaneamente, a insistência em manter o câmbio congelado durante espaço tão prolongado, no Plano Verão, estimulou o sub e o superfaturamento, que poderão comprometer o nível do superávit comercial. Estima-se que o superávit ficará em torno de 18 bilhões de dólares, mas o governo já se daria por sa-

tisfeito se ficasse em 15 ou 16 bilhões. A remessa de lucros e os truques no faturamento são uma forma de evasão de dólares que se soma a outras, projetando cenário bem diverso daquele que contemplamos no ano passado. O governo tardou muito em reajustar o câmbio e, se o fizer agora abruptamente, irá internar uma pressão inflacionária quase insuportável neste momento em que todos os preços e tarifas sofrem, respectivamente, descongelamento e recomposição.

Tudo aponta, portanto, para a iminência de uma suspensão dos pagamentos, a ocorrer numa fase em que nada podemos oferecer aos nossos credores, a não ser a intenção de pagar, o que não é muito. Não dispomos de um programa econômico nem sequer podemos apresentar uma proposta aceitável de negociação, diante da falta de credibilidade e da inexistência de um projeto de médio ou curto prazo. A única saída seria a de ainda fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial para, conseqüentemente, recebermos um afluxo de recursos mínimos da or-

dem de três bilhões de dólares até setembro. Todavia, ao que revelam os técnicos da área econômica do governo, tal hipótese está cada vez mais distante, principalmente agora, quando o Congresso volta a desorganizar a já confusa e desfalcada contabilidade da União. É importante, porém, que a decisão, se tiver de ser tomada, o seja em momento menos desfavorável ao Brasil e de tal forma que não venha a repetir as seqüelas deixadas pela moratória anterior, esta sim, um gesto de truculência irresponsável do qual o País não se refez até hoje. Muito provavelmente, a moratória de hoje pode ser considerada uma conseqüência daquela que tanto empolgou o governo e os congressistas, na euforia injustificada do Plano Cruzado...

Se tivermos de suspender os pagamentos — o que parece provável — que tudo se faça de modo a preservar ao máximo o que restar da credibilidade nacional. Será o mínimo, uma vez que não temos condições de partir para uma posição de confronto que poderá ampliar, perigosamente, os riscos da hiperinflação.